



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO

CLIPPING
7 de abril
de 2021

Karla Sarney apresenta projeto que dá incentivos fiscais a empresas que empregam vítimas de violência

A vereadora Karla Sarney, líder do PSD na Câmara Municipal de São Luís, apresentou projeto de lei dispondo que empresas instaladas na capital maranhense, recebam incentivos fiscais para contratação de **mulheres vítimas de violência** doméstica ou familiar. O PL foi lido durante sessão remota desta terça-feira (6) e encaminhado para apreciação das comissões temáticas da Casa.

De acordo com o projeto de lei nº 076/2021, prestadores de serviços sujeitos à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) poderão ter isenção de até 3% no imposto devido, durante o período de contratação de **mulheres vítimas de violência** doméstica ou domiciliar. O projeto tem quinze artigos e explicita como deve ser feita a concessão dos incentivos fiscais a empresas que empregam vítimas de violência. No entanto, para se ajustarem ao quadro de beneficiadas, as vítimas precisarão ter sido atendidas pelas medidas protetivas da Lei Federal 11.340/ 2006, a chamada Lei Maria da Penha.

Entre outras coisas, o documento diz, em seu artigo 5º, que o programa consiste em mobilizar as empresas e estabelecimentos comerciais localizados no Município de São Luís, a disponibilizarem vagas de emprego, com prioridade, às **mulheres vítimas de violência** doméstica e familiar, através da criação do "banco de empregos", onde as empresas interessadas em participar do programa farão seu cadastro junto à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - Semcas.

Já o artigo 11 diz que a empresa que tiver acesso aos dados pessoais das mulheres em situação de vulnerabilidade ou de violência doméstica e familiar, deve observar a legislação a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, o Código Civil e a Lei Geral de Proteção de Dados -Lei nº 13.709/2018, no tocante a inviolabilidade de dados, da honra e da imagem das pessoas. Mencionados na justificativa da proposta, dados do **Ministério Público**, indicam que uma em cada quatro mulheres que são vítimas de violência doméstica, ou 25% delas, não consegue se livrar das agressões porque não possui uma fonte de renda para sair de casa.

De acordo com Karla Sarney, o incentivo fiscal proposto seria então uma maneira de estimular a maior participação feminina no mercado de trabalho. Ainda segundo a vereadora autora da proposta, mulheres em situação de violência doméstica ou familiar são ainda mais prejudicadas na tentativa de se inserir no mercado de trabalho formal.

"Para uma mulher que não é vítima de violência, o mercado de trabalho já é algo difícil, imagine para uma mulher que sofre com a violência dentro da própria casa. Por isso é importante interromper esse ciclo vicioso, reconhecendo que estas mulheres estão em situação de vulnerabilidade financeira, dando-lhes o poder através da oportunidade de trabalhar com encaminhamento prioritário, que deverá ocorrer com extrema discricção para que essas mulheres não cheguem no local de trabalho já rotuladas", destacou a parlamentar em sua justificativa.

Site:

<https://impresso.jornalpequeno.com.br/pub/jornalpequeno/?numero=27054>

Projeto de lei que dá incentivos fiscais a empresas que empregam vítimas de violência

vereadora Karla Sarney, líder do PSD na Câmara Municipal de São Luís (CMSL), apresentou projeto de lei dispondo que empresas instaladas na capital maranhense, recebam incentivos fiscais para contratação de **mulheres vítimas de violência** doméstica ou familiar. O PL foi lido durante sessão remota desta terça-feira (06) e encaminhado para apreciação das comissões temáticas da Casa.

De acordo com o projeto de lei nº 076/2021, prestadores de serviços sujeitos à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) poderão ter isenção de até 3% no imposto devido, durante o período de contratação de **mulheres vítimas de violência** doméstica ou domiciliar.

O projeto tem quinze artigos e explicita como deve ser feita a concessão dos incentivos fiscais a empresas que empregam vítimas de violência. No entanto, para se ajustarem ao quadro de beneficiadas, as vítimas precisarão ter sido atendidas pelas medidas protetivas da Lei Federal 11.340/ 2006, a chamada Lei Maria da Penha.

Entre outras coisas, o documento diz, em seu artigo 5º, que o programa consiste em mobilizar as empresas e estabelecimentos comerciais localizados no Município de São Luís - MA, a disponibilizarem vagas de emprego, com prioridade, às **mulheres vítimas de violência** doméstica e familiar, através da criação do "banco de empregos", onde as empresas interessadas em participar do programa farão seu cadastro junto à Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - Semcas.

Já o artigo 11 diz que a empresa que tiver acesso aos dados pessoais das mulheres em situação de vulnerabilidade ou de violência doméstica e familiar, deve observar a legislação a Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/88, o Código Civil e a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018, no tocante a inviolabilidade de dados, da honra e da imagem das pessoas.

Mencionados na justificativa da proposta, dados do **Ministério Público**, indicam que uma em cada quatro mulheres que são vítimas de violência doméstica, ou 25% delas, não consegue se livrar das agressões porque não possui uma fonte de renda para sair de casa.

De acordo com Karla Sarney, o incentivo fiscal proposto seria então uma maneira de estimular a maior participação feminina no mercado de trabalho. Ainda segundo a vereadora autora da proposta, mulheres em situação de violência doméstica ou familiar são ainda mais prejudicadas na tentativa de se inserir no mercado de trabalho formal.

"Para uma mulher que não é vítima de violência, o mercado de trabalho já é algo difícil, imagine para uma mulher que sofre com a violência dentro da própria casa. Por isso é importante interromper esse ciclo vicioso, reconhecendo que estas mulheres estão em situação de vulnerabilidade financeira, dando-lhes o poder através da oportunidade de trabalhar com encaminhamento prioritário, que deverá ocorrer com extrema discricção para que essas mulheres não cheguem no local de trabalho já rotuladas", destacou a parlamentar em sua justificativa.

'RACHADINHA': Promotor abre investigação contra secretária municipal 'laranja' que devolvia 90% do seu salário

Vitória Lima Gomes Santos (foto), nomeada secretária da Indústria e Comércio do governo Juran Carvalho, no município de Presidente Dutra, está sendo investigada pelo **Ministério Público** do Maranhão.

O Inquérito Civil foi aberto pelo **promotor de Justiça**, Clodoaldo Nascimento Araújo, titular da 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra no último dia 30 de março, por meio da Portaria -1ªPJPRD - 102021 que converteu a Notícia de Fato n.º 000754-280/2020, conforme o Diário Eletrônico do MP-MA.

O **Ministério Público** justifica a abertura da investigação pelo fato de que existe a "necessidade de se dar prosseguimento às investigações referentes a supostas irregularidades na nomeação da Sra. Vitória Lima Gomes Santos para Secretaria de Indústria e Comércio, notadamente quanto a prática das chamadas 'rachadinhas', tudo com o fim de reunir elementos suficientes para adoção de providências cabíveis."

O Blog do Domingos Costa já tinha noticiado esse caso. No dia 20 de setembro de 2020, esta página destacou que Vitória Lima foi presa por peculato ao confessar durante um depoimento ser "funcionária fantasma" da prefeitura, ocasião que contou detalhes da prática da famigerada "rachadinha".

Ela foi nomeada pelo então prefeito Juran Carvalho em 26 de março de 2020 para exercer o cargo de primeiro escalão do governo municipal.

Na frente do Juiz ela contou que efetivamente nunca trabalhou, pois só assinava a folha de ponto, não sabendo sequer as atribuições de sua função.

Vitória, disse também, sem qualquer constrangimento, que dos R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos) que recebia como proventos, ficava apenas com 600,00 (seiscentos) devolvendo o restante para "alguém", ou seja, os R\$ 9 mil.

Esse caso ainda vai render. e muito!

LEIA TAMBÉM:

- Secretária Municipal de Presidente Dutra é presa por peculato e "rachadinha"

Site: <https://www.domingoscosta.com.br/rachadinha-promotor-abre-investigacao-contrasecretaria-municipal-laranja-que-devolvia-90-do-seu-salario/>

Promotoria investiga suposto esquema de "rachadinha" em Presidente Dutra

A 1ª Promotoria de Justiça de Presidente Dutra abriu uma investigação para apurar suposto esquema de "rachadinha" durante a gestão do ex-prefeito Juran Carvalho.

O inquérito está a cargo do **promotor de Justiça**, Clodoaldo Nascimento Araújo.

Segundo o documento no qual o Blog do Neto Ferreira teve acesso, a apuração do caso iniciou após a abertura da Notícia de Fato n.º 000754-280/2020, que relatava supostas irregularidades na nomeação da servidora Vitória Lima Gomes Santos para a Secretaria de Indústria e Comércio.

As investigações se aprofundaram e a NF foi convertida em Inquérito Civil. De acordo com o promotor Clodoaldo Araújo, há indícios de prática de "rachadinha", ou seja estava havendo desvio de salário do funcionário. Na prática, trata-se de uma transferência de parte ou de todo salário do servidor para a pessoa que o nomeou a partir de um acordo anteriormente estabelecido.

O ex-prefeito já foi notificado para prestar esclarecimentos sobre o caso.

Acompanhe o Blog do Neto Ferreira também pelo Twitter T e pelo Facebook .

Site:

<http://www.netoferreira.com.br/poder/2021/04/promotoria-investiga-suposto-esquema-de-rachadinha-em-presidente-dutra/>

Alô MP ! Empresa inativa abocanha contrato de mais de 300 mil em Cândido Mendes

Blog do Neto Weba

Uma empresa sediada na cidade de Carutapera, distante 55 quilômetros de Cândido Mendes, venceu quatro processos licitatórios no município administrado pelo Prefeito JOSÉ BONIFÁCIO o Facinho - PL.

A empresa segundo consta na Receita Federal, têm um capital de apenas 45 mil reais e abocanhou contratos para abastecimento de combustível no município que somam pouco mais de 300 mil reais, mais isso nunca aconteceu segundo denúncias feitas na página do Candinho Noticias nas redes sociais.

Segundo a denúncia, a empresa se encontra INATIVA e nunca abasteceu o município como deveria ter acontecido, ficando a cargo do Posto Bonifácio em Cândido Mendes que pertence ao atual gestor , a execução deste contrato.

Sem fiscalização do Poder Legislativo municipal, que tem como presidente o sobrinho do atual prefeito e mais seis vereadores na base, cabe agora ao **Ministério Público** fazer uma auditoria nos contratos atuais nos primeiros meses da gestão de Facinho Rocha.

Vamos aguardar!

Site: <https://www.netoweba.com.br/2021/04/alo-mp-empresa-inativa-abocanha.html>

Ministério Público garante suspensão de liminar de desocupação de comunidade rural em Balsas

Após recurso interposto pelo **Ministério Público do Maranhão**, a 4ª **Câmara Cível** do Tribunal de Justiça decidiu, em 29 de março, pela suspensão da liminar de desocupação da comunidade de Bom Acerto, localizada no município de **Balsas**.

O motivo da suspensão foi a ausência de intervenção obrigatória do **MPMA** no processo. O recurso (Agravo de Instrumento) foi assinado pelos promotores de justiça Haroldo Paiva de Brito (titular da 44ª Promotoria de Justiça Especializada em **Conflitos Agrários**) e Felipe Boghossian Soares da Rocha (da Comarca de **Balsas**).

Na decisão da 4ª **Câmara Cível**, além do reconhecimento da nulidade dos atos processuais, foi determinada a apreciação do caso pelo **Ministério Público do Maranhão** e pela Defensoria Pública Estadual.

Devido à liminar de reintegração de posse, as 16 famílias que residiam na área foram despejadas, tiveram suas casas e hortas destruídas, e há oito meses vivem sob tendas.

DESPEJO A decisão liminar de desocupação acolheu pedido feito em ação reivindicatória por João Felipe Miranda Demito, que alega ser proprietário de uma área de 8.444,80 hectares, o que inclui a comunidade de Bom Acerto. No requerimento, ele afirmou que as famílias haviam invadido a propriedade.

A comunidade Bom Acerto está localizada a 50km da sede de **Balsas** e foi formada há mais de cinco décadas.

Em 11 de agosto de 2020, foi cumprida a reintegração de posse, com a expulsão dos moradores. (Redação: CCOMMPMA)

Site: <https://oprogressonet.com/edicao-digital/255/o-progresso--7-de-abril-de-2021>

Governo reúne com entidades representativas de escolas particulares no Maranhão

Para alinhar ações e discutir apoio mútuo entre a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) e entidades representativas da rede particular no Maranhão, como o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino no Estado do Maranhão (Sinepe-MA) e a Associação Maranhense das Escolas Particulares (AMEP), gestores dessas instituições se reuniram, nesta terça-feira (6), de forma remota, em São Luís.

Seguindo determinação do governador Flávio Dino, o alinhamento entre as redes de educação pública e particular, com o apoio de outros órgãos como **Ministério Público** e Conselho Estadual de Educação, vem ocorrendo desde o ano passado, quando as escolas em todo o estado precisaram suspender as atividades presenciais em virtude da pandemia da **Covid-19**.

"Sabemos dos prejuízos que nossos estudantes tiveram durante esse período distante da escola. É preciso que todos façam sua parte para manter o vínculo do aluno com a escola", enfatizou o secretário de Estado da Educação, Felipe Camarão, acrescentando que a rede particular possui autonomia quanto ao calendário escolar e tem autorização em decreto estadual para que mantenha o ensino híbrido. "Contem com todo o apoio do Governo do Estado nesse momento", reforçou Camarão.

O presidente do Sinepe-MA, Paulino Pereira, destacou as medidas de biossegurança adotadas pelas escolas particulares e ressaltou que houve investimento em conectividade e infraestrutura para esse momento de pandemia. Também solicitou apoio da Seduc para que as férias escolares ocorram no mês de julho nas redes de ensino. "Nós agradecemos pelo apoio da Seduc e toda a sua equipe", realçou.

A doutora Ana Menezes, diretora de escola particular em São Luís, também lembrou da importância de manter o vínculo da escola com o aluno. "Temos tido contato direto com os estudantes da 3ª série do Ensino Médio, por exemplo, e eles desejam estar na escola, preferem as **aulas** presenciais ao ensino remoto", disse.

A professora Elsa Balluz, 1ª vice-presidente do

Sindicato, apontou que a preocupação de todos é que as crianças e os adolescentes estejam cada vez mais vinculados à escola nesse momento de pandemia. "Estamos tentando mitigar os impactos negativos da pandemia na educação. A volta ao ambiente escolar é fundamental, como os próprios alunos relatam. Estamos fazendo um trabalho de acolhimento desde o ano passado, portanto, a escola é essencial para o bem-estar de nossos alunos", concluiu.

Site: <https://omaranhense.com/governo-reune-com-entidades-representativas-de-escolas-particulares-no-maranhao/>